

Autoridade e aparência de religião em Maquiavel

Allan Gabriel Cardoso dos Santos*

Na obra política de Maquiavel, o poder aparece sempre associado à capacidade de produzir ordenações e, conseqüentemente, comportamentos coletivos, isto é, tem poder aquele que tem “autoridade” (autorità). O secretário florentino, através da descrição do processo de construção da autoridade pelo aumento da reputação (O Príncipe, IX, 3), parece delinear uma certa forma de poder que se funda sobre a opinião pública a respeito dos indivíduos e não sobre as leis e ordenações políticas. O reconhecimento da autoridade – a reputação – pode ser interpretado, então, como uma espécie de poder não-jurídico, construído sobre a opinião que os indivíduos têm das ações uns dos outros.

A partir da incorporação da aparência de religiosidade à ordem política, o governante passa a usar da aparência de sacralidade para assegurar a adesão popular às ações extraordinárias (Discorsi, I, 11), que podem ser entendidas como aquelas que não teriam adesão popular pelo simples discurso racional ou sem o recurso à aparência de comunicação com o divino. Isto é, como a lei se apresenta sob a aparência de mandamento divino, o povo tem maior receio em desrespeitá-la, pois, segundo o florentino, no povo muitas vezes o temor de Deus é maior do que o temor às leis: ao associar a religião ao “temor de Deus”, Maquiavel pensava nela como uma espécie de mecanismo de controle não-jurídico, que molda os comportamentos pelo poder coercitivo do medo da punição divina. Isso nos permite interpretar que, para o pensador, aparentar sacralidade é uma das

* Doutorando - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

formas mais seguras de se angariar reputação e, conseqüentemente, obter autoridade para fins políticos.

Palavras-chave: Autoridade; Reputação; Religião.